



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 09 • 15 a 21/05/2005 • ISSN 1809-6182

Especiais:

19/05/2005 – O legado político de João Paulo II e a eleição de Bento XVIp .01

Após 26 anos de pontificado, torna-se importante uma visão política do papado de João Paulo II, bem como as aspirações da Igreja na eleição do novo Papa Bento XVI.

Análise:

19/05/2005 – OMC decide em definitivo sobre o açúcar subsidiado na União Européiap.04

União entre Brasil, Austrália e Tailândia consegue segunda vitória na questão do açúcar. Agora a decisão da OMC é definitiva e o bloco tem seis meses para implantar reformas em seu regime açucareiro. A insistência européia contra as regras da OMC seria uma forma de ganhar tempo para a reforma da Política Agrícola Comum do bloco.

20/05/2005 – Estados Unidos buscam acordo com Arábia Saudita sobre a questão energéticap.07

Um encontro entre os líderes estadunidense e saudita representa a tentativa do Presidente Bush em resolver questões sobre os altos preços do petróleo no mercado internacional. Os sauditas buscam apoio dos Estados Unidos para questões políticas, entre elas a resolução do conflito árabe-israelense e a melhora das relações entre os dois países. Outros temas como o terrorismo também estiveram na agenda.

Resenhas:

20/05/2005 – Geórgia recebe visita do Presidente Bushp .11

O Presidente Bush faz discurso em praça na capital da Geórgia pela democracia e liberdade e sofre atentado.

O legado político de João Paulo II e a eleição de Bento XVI

Especial
Perfil

Bernardo Hoffman Versieux
19 de maio de 2005

Após 26 anos de pontificado, torna-se importante uma visão política do papado de João Paulo II, bem como as aspirações da Igreja na eleição do novo Papa Bento XVI.

Desde a morte do Papa no dia 02 de abril de 2005 até o seu enterro no dia 08 de abril, a peregrinação de fiéis ao Vaticano vem sendo considerada como o maior evento religioso da história moderna do Ocidente. Calcula-se que o número de visitantes tenha ultrapassado a faixa dos 5 milhões.

Considera-se que a magnitude do funeral se deu por causa da popularidade do papado de João Paulo II e esta é fruto de três fatores: o desenvolvimento dos meios de comunicação durante o papado; o carisma do papa; e as ações políticas do Papa.

O papado de João Paulo II teve início em 1979, quando os meios de comunicação deram uma guinada no sentido de incorporação de tecnologia, principalmente a espacial, com o uso dos satélites, o que possibilitou a comunicação em tempo real. Além disso, o advento da Internet posteriormente permitiu uma maior difusão da informação. Nesse sentido, João Paulo II foi o primeiro Papa a ter seus atos difundidos de forma rápida e precisa pelo sistema internacional, o que contribuiu para a popularização do seu papado.

Outra característica marcante do Papa era seu carisma. Muitos analistas acreditam

que o comportamento do Papa tenha criado nas pessoas um sentimento forte de admiração, prova disto são as grandes vendas da sua imagem durante todo seu papado.

Já a movimentação política do papado certamente foi a principal razão pela sua notoriedade. Considera-se três aspectos: o combate ao comunismo; o posicionamento da Igreja frente a seus dogmas; e a aproximação com o judaísmo e o islamismo. Nesse cenário, vale ressaltar a importância das viagens realizadas pelo Papa. Estas margearam todo esses processos políticos e fortaleceram os vínculos entre o Vaticano e os fiéis de todo o mundo.

O Papa buscou, desde a sua eleição, uma aproximação com sua terra natal, a Polônia. Tal ação tinha como objetivo primordial o combate ao comunismo tanto por causa das suas arbitrariedades e restrições de direitos e liberdade, quanto pela posição oficial do governo contrária ao desenvolvimento dos valores morais e espirituais. Suas ações a primeira vista foram inexpressivas, pois não passaram de viagens à Polônia e discursos e missas, nas quais João Paulo II criticava o regime comunista. Mas o que se viu foi uma movimentação da sociedade polonesa em torno do projeto de liberdade, que

culminou na separação da Polônia da Cortina de Ferro em 1989. Analistas acreditam que o fim do comunismo viria de qualquer forma por causa do seu desgaste econômico, mas que ação do Vaticano foi um forte catalisador para o fato.

Com relação aos valores da Igreja, João Paulo II deteve um pensamento rígido na afirmação dos dogmas Católicos e não cedeu às pressões modernizadoras da sociedade. E este é o ponto que para muitos macula a imagem do papado, pois em grande parte contribuiu para a perda de fiéis. Destacam-se quatro pontos: a presença feminina na Igreja; a doutrinação dos movimentos internos; a liberdade sexual e os métodos contraceptivos; e o homossexualismo.

A reivindicação das mulheres em deter uma participação maior dentro da Igreja, no sentido de ministrarem também os cultos e rituais, é antiga e durante o papado de João Paulo II tal hipótese foi sumariamente descartada, provocando o descontentamento de várias congregações.

A questão dos movimentos internos perpassou pela supressão dos movimentos contrários ao posicionamento doutrinário da Igreja; pela questão do celibato e pelos casos de pedofilia. Em relação aos movimentos internos de contestação das políticas adotadas pelo Vaticano, o papado foi marcado pela intolerância e pelo abafamento, no intuito manter a unidade dogmática da Igreja. Com relação às reivindicações de alguns setores da Igreja pelo fim do celibato e a possibilidade de constituição de uma família, o Papa mostrou-se completamente irreduzível. E os casos de pedofilia nos Estados Unidos, que provocaram uma forte reação da sociedade e uma sensível diminuição nas contribuições financeiras, foram considerados pelo o Papa como um desvio de conduta abominável e foi determinada a punição dos religiosos envolvidos.

Sobre a liberdade sexual e os métodos contraceptivos se encontram as maiores críticas sobre a Igreja. Tendo em vista a revolução sexual das sociedades ocidentais, tanto do ponto de vista de liberdade, quanto do desenvolvimento de tecnologia e da disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, o posicionamento da Igreja Católica contrário ao uso de métodos prevenção é considerado, pela grande maioria dos próprios fiéis, atrasado e errado. Tal questão levanta também o posicionamento da Igreja sobre o aborto, o qual é totalmente contra, mesmo em casos de gravidez por estupro.

O homossexualismo foi considerado como uma grave doença que deveria ser tratada. A possibilidade de aceitação de homossexuais durante o papado de João Paulo II foi condicionada à abstenção dos mesmos do ato sexual.

Contrapondo este lado autoritário e assertivo, o papado também foi marcado pelos pedidos de perdão, principalmente no que tange as ações a Igreja Católica frente ao judaísmo e ao islamismo. O Papa pediu perdão aos judeus por toda perseguição da Igreja durante a Idade Média na Europa e aos islâmicos por todo sofrimento causado pelas Cruzadas. Tais pedidos de perdão vieram a corroborar o movimento de aproximação da Igreja Católica com as demais religiões, as quais tem o intuito de promover a paz e reconciliar as grandes fés. Nesse processo, foram marcantes as recentes viagens de João Paulo II ao Oriente Médio, principalmente em Israel e na Palestina.

É nesse contexto que se insere a eleição do novo Papa Bento XVI - Cardeal Ratzinger. Ratzinger foi o responsável pela parte doutrinária da Igreja Católica durante os últimos vinte e três anos de pontificado de João Paulo II. O Cardeal foi eleito após cinco votações do Conclave. Tal fato é considerado como uma eleição rápida e denotaria que Ratzinger já teria os votos

de grande parcela dos Cardeais antes mesmo do início da eleição.

A escolha por Ratzinger do nome Bento XVI revela as intenções do novo Papa, pois remete ao último Papa que usou tal nome - Papa Bento XV - e o São Bento. Bento XV regeu a Igreja durante a Iª Guerra Mundial e buscou de forma incessante o fim do conflito, a paz no continente. Percebe-se um sinal de que novo papa irá conduzir a Igreja em busca da paz. Já São Bento é o padroeiro da Europa, o que indica que o novo Papa buscará fortalecer os laços da Igreja dentro da Europa, uma das regiões em que a Igreja Católica mais perdeu fiéis e com os maiores índices de ateísmo - descrença em Deus.

Por fim, a eleição do cardeal Ratzinger pode ser vista como a preferência do corpo de cardeais em eleger um cardeal com o mesmo posicionamento que o antecessor: dogmático e resistente às mudanças modernizadoras da Igreja e em escolher um cardeal mais velho, de 78 anos. Ou seja, a Igreja teria escolhido um cardeal para fazer um papado curto de transição sem que houvesse muitas mudanças em relação ao antecessor. Acredita-se que tal eleição teria o objetivo de concretizar um papado no qual a Igreja possa refletir sobre as diversas pressões da sociedade por mudanças e possa se preparar de forma lenta e gradual para a eleição de um Papa reformista que as concretize.

Referência

[BBC](#)

[CNN](#)

[Folha de São Paulo](#)

[Stratfor](#)

[The Economist](#)

[The New York Times](#)

[The Washington Post](#)

Ver também:

29/04/2005 - [Vaticano : Conclave](#)

10/05/2005 - [Perfil de Bento XVI](#)

OMC decide em definitivo sobre o açúcar subsidiado na União Européia

Análise
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Wesley Robert Pereira
19 de maio de 2005

União entre Brasil, Austrália e Tailândia consegue segunda vitória na questão do açúcar. Agora a decisão da OMC é definitiva e o bloco tem seis meses para implantar reformas em seu regime açucareiro. A insistência européia contra as regras da OMC seria uma forma de ganhar tempo para a reforma da Política Agrícola Comum do bloco.

Na quinta-feira, 28 de abril de 2005, a Organização Mundial do Comércio (OMC) deu ganho de causa ao Brasil, Austrália e Tailândia contra os subsídios da União Européia (UE) aplicados ao açúcar. No segundo semestre de 2004, os três países citados já haviam obtido ganho de causa nessa questão através de um Painel (comissão de árbitros da OMC), mas a UE decidiu recorrer ao Órgão de Apelações da OMC. Este órgão endossou a decisão do Painel de 2004, o que tornou a decisão definitiva e a exigência de reformas no regime açucareiro europeu. A OMC deu seis meses para a UE fazer reformas nesse regime.

O caso do regime de açúcar da UE possui duas questões que são contrárias às regras da OMC e do comércio internacional: acesso preferencial ao mercado do açúcar europeu a alguns países da África, Caribe e Pacífico (ACP) e à Índia, e a exportação de milhões de toneladas de açúcar subsidiado, além dos limites das regras do comércio internacional.

Oficialmente, a UE já estava implementando reformas em sua Política Agrícola Comum (PAC). Uma das questões envolvia justamente uma

reforma no regime do açúcar de forma radical. Essa reforma foi proposta em 2004 pela [Comissão Européia](#).

Essa discussão sobre subsídios europeus ao açúcar no âmbito do órgão de solução de controvérsias da OMC é um debate que não seria viável com a estrutura do GATT (Acordo Geral de Livre Comércio), o antecessor deste órgão em 1995. No sistema do GATT, previa-se nos contenciosos comerciais um processo de consultas, o qual se buscava o consenso, que acabava por bloquear todo o processo. Assim, uma parte que não se satisfizesse com a decisão a ser adotada poderia bloquear todo o processo. O novo sistema consolidado em 1995 (órgão de solução de controvérsias da OMC) possui medidas de imposição da decisão como, por exemplo, as sanções. Segundo a Doutora pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo Vera Thorstensen comenta que:

O que se afirma é que, agora, a OMC 'tem dentes'. Tal afirmação significa que, agora, a OMC tem poder para impor as decisões e permitir que os membros que ganham a controvérsia possam aplicar retaliações aos membros que mantenham medidas incompatíveis com as regras da OMC. (...)

Outra novidade é o estabelecimento de um Órgão de Apelação, e tem como função verificar os fundamentos legais do relatório do painel e das suas conclusões. (Thorstensen, 2003, p. 371).

A decisão do Painel da OMC em 2004 e endossada no Órgão de Apelação em abril de 2005 possui implicações não só para os atores envolvidos (UE, Austrália, Brasil e Tailândia, além dos seus grupos de interesse), mas para a própria OMC e o mercado de açúcar.

Primeiro, é histórico o comprometimento dos governos da Europa Ocidental ao setor agrícola. Esse instrumento de política comercial se consubstanciou na PAC, conformada no Tratado de Roma de 1957. Para os economistas Krugman e Obstfeld, “subsídio às exportações é um pagamento a uma empresa ou indivíduo que embarca um bem [nesse caso, o açúcar] para o exterior”. Porém, essa definição não foi a adotada na discussão da OMC, pois a UE importava do grupo ACP e Índia açúcar a um dado preço e exportava-o junto à sua produção de açúcar. Ou seja, por dois motivos a UE foi condenada pela OMC na prática de ações contra o livre comércio: subsídios europeus ao açúcar para exportarem seus excedentes e criação de um regime de preferências de importação de açúcar de seus importadores. Nessa última sendo um confronto à regra de Nação-Mais-Favorecida¹.

Os subsídios às exportações de açúcar da UE afetam um conjunto de atores da ordem nacional e internacional. Os governos da UE perdem receita enquanto que os produtores desse bem agrícola absorvem essa renda. É um clássico exemplo de custos difusos que reincide sobre todos os contribuintes nacionais e benefícios concentrados nos fazendeiros

(em questão, os produtores de açúcar). Os consumidores do bloco europeu perdem em arcar com os custos dessa política comercial.

No cenário internacional, o mercado de açúcar fica saturado ao tornar possível que produtores menos competitivos atuem nele. Isso faz o preço do açúcar cair e países mais competitivos na sua produção acabam por exportar um produto com menor valor. Mas no caso acima, o que ocorria era Brasil, Austrália e Tailândia competirem com produtores europeus ineficientes nas mesmas condições dadas devido aos subsídios. O Brasil é o maior produtor mundial de açúcar e a Austrália é um país bastante competitivo na agricultura. Na verdade, os países demandantes dessa ação na OMC contra a UE são a Austrália e a Tailândia.

Devido à questão de já haver uma reforma na questão do açúcar dentro da UE, o bloco parece querer estabelecer um ponto a partir do qual não se deve avançar. A PAC sofrerá mudanças, mas as diversas reformas que podem ocorrer com o sistema de proteção à agricultura europeia serão realizadas através de um cronograma. O bloco europeu não está cooperando para tornar o comércio internacional mais livre. Afinal, a UE se constitui em um dos blocos de poder econômico mundial e possui grande peso no cenário internacional. Além disso, o bloco poderia sofrer um grande número de ações no âmbito da OMC sobre questões envolvendo o comércio agrícola e isso prejudicar os seus agricultores.

No Brasil, na questão dos setores agrícola e agroindustrial nas discussões levada para dentro dos organismos multilaterais de comércio o país possui uma posição de busca de acesso a mercados. Um processo de democratização nos últimos 20 anos e a liberalização implementada pelo país nos anos 1990 tornaram possíveis aos atores econômicos da sociedade a participar das discussões sobre as questões

¹ A regra da Nação-Mais-Favorecida implica que o benefício comercial dado a determinados países devam ser aplicados a todos os países desse mercado de consumo.

internacionais, sobretudo sobre a economia. Essa dimensão em que o país é competitivo (agronegócios) e bate recordes de exportação também reverte em uma busca por vitórias, como a do açúcar e do algodão, em instâncias como a OMC.

Referência

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. Economia internacional: teoria e política. 4. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1999. 807p

THORSTENSEN, Vera Helena. OMC - Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2001.

Sites:

[BBC Brasil](#)

[Portal da União Européia](#)

Estados Unidos buscam acordo com Arábia Saudita sobre a questão energética

Análise
Segurança / Economia e Comércio

Jéssica Naime
20 de maio de 2005

Um encontro entre os líderes estadunidense e saudita representa a tentativa do Presidente Bush em resolver questões sobre os altos preços do petróleo no mercado internacional. Os sauditas buscam apoio dos Estados Unidos para questões políticas, entre elas a resolução do conflito árabe-israelense e a melhora das relações entre os dois países. Outros temas como o terrorismo também estiveram na agenda.

Em 25 de abril de 2005, o Presidente dos Estados Unidos George W. Bush reuniu-se com o Príncipe Abdullah, da Arábia Saudita, para discutir as relações entre os dois países concernentes às questões comerciais – mais especificamente petróleo – e políticas. Após o encontro ficou claro que os estadunidenses estavam mais preocupados com o comércio bilateral de petróleo e os sauditas em resolver impasses políticos antigos. De qualquer forma, apesar de alguns pontos terem sido esclarecidos e promessas terem sido feitas, nenhuma decisão significativa foi tomada.

Por parte dos Estados Unidos, a questão mais importante a ser tratada era a viabilidade de um aumento da produção saudita de petróleo por causa dos altos preços, que atingiu seu pico em abril de 2005, chegando a ser cotado a US\$58,28 o barril. A Arábia Saudita é o maior produtor de petróleo mundial e, em função disso, é um dos membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) com maior influência sobre as decisões no âmbito da organização. Com um aumento da oferta, a expectativa é de que a trajetória de elevações seja interrompida.

Maiores produtores de petróleo mundial		Maiores exportadores de petróleo mundial	
País	Qtde (barris por dia)	País	Qtde (barris por dia)
Arábia Saudita	9.021.000	Arábia Saudita	7.920.000
Rússia	8.420.000	Rússia	6.110.000
Estados Unidos	7.800.000	União Européia	5.322.000
Irã	3.962.000	Noruega	3.466.000

Fonte: CIA – Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, 2005

Bush havia sido fortemente pressionado

pelo Congresso – inclusive por representantes de seu partido, o

Republicano – a tomar medidas para dirimir as questões relacionadas aos constantes aumentos do barril de petróleo, que tem afetado diretamente a economia estadunidense. Isso porque a elevação do custo da energia atinge diversos setores industriais, gera desequilíbrios na balança comercial, e também influi sobre os preços diretos ao consumidor, apesar de a gasolina naquele país não ter acompanhado o mesmo curso de aumentos sequenciais. A alta cotação do combustível refletiu no preço da gasolina para o consumidor estadunidense, chegando a custar US\$2,25 o galão de 3,8 litros. Além disso, a popularidade do presidente Bush tem caído recentemente, e analistas acreditam que sua política energética tenha sido uma das principais causas.

As pressões não pararam por aí. Membros do Partido Democrata declaram repúdio ao fato de Bush ter sido displicente com a política energética doméstica a ponto de “ter que pedir favores a um príncipe estrangeiro”. Criticam ainda a liberação de US\$8 bilhões em recursos para incentivar a produção interna de petróleo bruto, gás natural, carvão, energia nuclear e outras fontes energéticas, além de ter permitido a perfuração em uma reserva natural no Alasca. Os democratas acreditam que a medida “pode piorar as coisas ao aumentar os preços da gasolina, enquanto a dependência externa pelo fóssil aumentaria de forma ainda mais arriscada”.

Em resposta à demanda do Presidente Bush, o conselheiro para relações internacionais saudita Adel al-Jubeir declarou que apesar de o preço do petróleo estar alto, a política energética da Arábia Saudita permanece “consistente e inalterada”, e ainda que sua diretriz é a de manter os mercados devidamente abastecidos. Os sauditas apresentaram um plano para aumentar sua capacidade produtiva nos próximos cinco anos, entretanto afirmaram não ter margens de manobra a ponto de influenciar os atuais

preços. Analistas asseguram que o país tem investido pesadamente no sentido de aumentar a extração de petróleo. Espera-se que eles incrementem sua produção em 2 milhões de barris por dia até 2010.

A produção petrolífera saudita teve um aumento considerável nos últimos três anos, passando de 6,8 para 9,5 milhões de barris por dia. Entretanto, as estruturas de produção estão trabalhando próximo à sua capacidade máxima: a margem ociosa hoje é de apenas 1,2 milhões de barris por dia, o que representaria pequeno impacto sobre os preços internacionais. Deste modo, a Arábia Saudita tem, de fato, poucas condições no sentido de influenciá-los, não podendo assim atender aos apelos do Presidente Bush.

Pelo outro lado, a Arábia Saudita investiu no encontro com a perspectiva de melhorar a relação política com os estadunidenses, que estaria abalada desde os atentados de 11 de setembro de 2001, além de manifestar a expectativa de que os Estados Unidos possam ter um papel mais significativo no conflito entre árabes e israelenses.

No que diz respeito aos atentados, 15 dos 19 seqüestradores dos aviões que se chocaram contra o *World Trade Center* e o Pentágono provaram-se sauditas. E mais ainda, o grupo de Osama Bin Laden, também saudita, assumiu a autoria dos atentados. A imagem desse povo ficou então atrelada ao terrorismo na visão da população dos Estados Unidos. Sob outra ótica, a invasão do Iraque e a conseqüente ampliação do conflito no Oriente Médio não agradaram os sauditas, na medida em que a instabilidade gerada entre fronteiras tornava de certa forma necessária a presença de tropas estadunidenses em seu território. Por outro lado, com a queda do regime de Saddam Hussein, a justificativa para a presença de tropas é desfeita, permitindo assim uma redução da interferência no país.

Os dois países têm, desde então, buscado trilhar o caminho para incrementar as

relações bilaterais: a Arábia Saudita repudiou as ações de Bin Laden, empenhou-se em capturar os líderes da Al Qaeda dentro de suas fronteiras, além de monitorar possíveis financiamentos de outros grupos terroristas. Os esforços foram reconhecidos pelo governo de Bush, que nas vésperas do encontro declarou que uma boa relação entre os países era muito importante. A necessidade mútua dos dois Estados reforça a necessidade de se pavimentar um bom entendimento.

A questão política

Não obstante a disposição das partes em estabelecer boas relações, sem, contudo terem chegado a um acordo significativo de fato, temas políticos mais delicados não foram aprofundados durante o encontro. Apesar de ser essencial manter relacionamento cordial com os sauditas, por questões de fornecimento de petróleo e de apoio em sua incursão no Oriente Médio, os Estados Unidos mantêm acordos com Israel, o grande rival dos árabes no conflito acerca da região da Palestina. A situação é, portanto, delicada para os EUA quando se trata de lidar com as duas partes. Entretanto, os Estados Unidos têm se mostrado empenhado em buscar uma solução para a questão Israel-Palestina.

Há também contradição no que se refere aos valores de cada uma das sociedades: os EUA difundem a idéia da democracia como condição primordial para a liberdade. O governo da Arábia Saudita, regido por uma monarquia da linha sunita, é autoritário, e a política oficial do Reino está associada a valores e preceitos da religião islâmica. Recentemente, eleições municipais foram realizadas no país, o primeiro pleito após anos de repressão. Entretanto, o pleito deixou clara a segregação social: somente os homens puderam participar.

As eleições ocorreram pouco depois de, em 26 de março último, a Secretária de

Estado estadunidense, Condoleezza Rice ter estipulado metas para que o governo Bush pudesse garantir a democracia “além-mar” pelos próximos quatro anos. O relatório incluía a pressão por eleições presidenciais no Egito e o direito a voto das mulheres na Arábia Saudita e em outros países islâmicos.

Desta forma, ao exercer pressão para a mudança de atitudes do governo saudita no sentido de caminhar para a democracia, Washington pode criar problemas para a convivência com Riad. Analistas sustentam que, apesar de os EUA almejem reformas na Arábia Saudita, também desejam o governo saudita estável na região, em função dos constantes ataques dentro e entre fronteiras. Ademais, a administração saudita se mostrou importante como aliado quando da recente pressão exercida sobre a Síria para a retirada de tropas do Líbano.

No âmbito das relações comerciais, os Estados Unidos querem uma redução das barreiras para que suas empresas tenham melhor acesso para investir em território saudita. As principais corporações a atuarem seriam as do mercado de telecomunicações, companhias de seguros e financeiras. Os sauditas, por sua vez, querem que os EUA sejam facilitadores em sua candidatura à entrada na OMC (Organização Mundial do Comércio). A Arábia Saudita, apesar de ser o maior exportador de petróleo mundial, é um dos poucos que ainda não participa do fórum comercial multilateral. No início de maio, um representante de Riad foi enviado para pautar um acordo com Washington, na tentativa de acertar alguns pontos remanescentes, principalmente com relação a tarifas e pirataria.

O problema energético

Os altos preços do petróleo, que tanto têm preocupado as economias mundiais, alcançaram os mais elevados patamares

dos últimos vinte anos, cuja cotação máxima chegou a US\$60. Entretanto, o valor não se compara ao pico alcançado durante a crise do petróleo em 1979, que alcançou US\$95 o barril, considerando as devidas correções monetárias.

Essa alta cotação do petróleo pode ser explicada por diversos fatores físicos, geopolíticos e econômicos, contudo, a ansiedade do mercado tem levado a especulações que também contribuem para pressionar os preços para cima.

Uma das principais causas desse aumento é a constante elevação da demanda mundial nos últimos anos. Além de a economia dos Estados Unidos ter apresentado tendência à recuperação a partir de 2003 [para mais informações sobre o desaquecimento da economia dos EUA, ver [A Economia dos Estados Unidos após 11 de setembro](#)], a economia chinesa tem crescido a elevadas taxas, assim como sua demanda por petróleo. No último ano, o aumento de seu consumo foi de um milhão de barris por dia.

Arelado a isso, tem-se que os estoques de petróleo estão a níveis mais baixos, além de a produção nas principais fontes estarem próximas de sua capacidade máxima. Isso significa que a margem de manobra para driblar eventuais desequilíbrios nos preços são menores, em função da pouca variação na produção. E ainda, segundo analistas, novos investimentos no processo de refinamento seriam necessários para tentar atender à demanda atual. Tal situação teria levado al-Jubeir a declarar, durante o encontro dos líderes, que não havia uma deficiência de petróleo bruto, e sim uma limitação na capacidade de refinamento do mercado atualmente.

Uma terceira variável causal do aumento do petróleo tem sido a instabilidade por que passa o Oriente Médio. Apesar de constantes declarações de Washington no sentido de afirmar a estabilização dos conflitos no Iraque, há o receio de que importantes plantas de extração ou

refinamento do combustível possam ser atacadas – não só no Iraque como também em outros países da região passíveis de incursões terroristas – comprometendo seu nível de produção, e assomando-se como fator de elevação dos preços.

Apesar dessa conjuntura, os preços de petróleo tem variado consideravelmente nas últimas semanas. No dia 13 de maio último, o barril chegou a ser cotado próximo a US\$47, o que pode indicar uma tendência de queda. Entretanto, para alguns analistas, essa queda pode ser sazonal: para os países do hemisfério norte, e portanto os maiores consumidores, o verão se aproxima e assim reduz-se a necessidade do uso de energia para aquecimento. Além disso, alguns dos maiores produtores como a Arábia Saudita e os Estados Unidos têm empenhado esforços no aumento de sua produção. Isso pode gerar certo alívio imediato nas pressões da demanda, entretanto o novo volume de oferta pode se mostrar novamente insuficiente para manter os níveis das reservas se a demanda continuar a subir.

Referência

[BBC News](#)

[CIA – Agência de Inteligência Central dos Estados Unidos](#)

[Reuters](#)

[Stratfor](#)

[The New York Times](#)

[The Washington Post](#)

Geórgia recebe visita do Presidente Bush

Resenha
Segurança

Camila Martins A Gontijo
20 de maio de 2005

O Presidente Bush faz discurso em praça na capital da Geórgia pela democracia e liberdade e sofre atentado.

George W. Bush é o primeiro presidente estadunidense a visitar a Geórgia, país que era integrante da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em maio de 2005. As visitas do presidente estadunidense a países da ex-URSS, coincidem com as comemorações pelo fim da II Guerra Mundial que aconteciam na Europa, e ao mesmo tempo em que a Rússia atua militarmente na Geórgia. A atuação russa confronta os ideais estadunidenses de democracia no mundo, à medida que a dependência ou influência direta da Rússia na Geórgia poderia sugerir um desrespeito ao governo instaurado. A posição russa também pode estar relacionada com objetivos econômicos, dado que a região tem potencial energético.

Na segunda-feira dia 9, o presidente Bush foi recebido pelo presidente Mikhail Saakashvili que o levou para um passeio pela capital Tbilisi. Eles também assistiram a uma apresentação de grupos de dança. O presidente Bush se reuniu com o presidente Saakashvili no dia 10, falou à imprensa, e na Praça da Liberdade, em Tbilisi, falou a milhares de pessoas. O presidente dos Estados Unidos discursou sobre a liberdade e esta como sendo a realidade para todas as nações no futuro.

Neste pronunciamento não deixou de elogiar a mobilização da população que resultou na derrubada pacífica do presidente Eduard Shevardnadze, com a “Revolução das Rosas” em 2003.

No seu discurso, o presidente Bush afirmou que “Enquanto revoluções pacíficas podem derrubar regimes repressivos, o verdadeiro desafio é construir instituições livres para ocupar seu lugar”. As instituições seriam a base e a garantia para o fortalecimento da democracia. O presidente dos Estados Unidos fez elogios à revolução que deu a Geórgia a soberania e liberdade, e afirmou que o povo estadunidense está com eles para a manutenção da democracia, e que isto será um trabalho difícil.

A questão da democracia foi a grande ênfase de todo o discurso do presidente Bush, não só em relação ao processo acontecido naquele país, como também à importância de haver democracia em todo o mundo. A reforma democrática da Geórgia seria, de acordo com o presidente Bush, uma mensagem ao mundo sobre a possibilidade de ser “livre”. Não deixou de apontar o respeito a minorias que existe no interior do país e o direito a oposição. Além dos aspectos positivos, ressaltou a necessidade de uma reforma econômica para se lidar com a pobreza da



população e a corrupção.

O presidente estadunidense, ainda em seu discurso, disse que a soberania e integridade territorial da Geórgia devem ser respeitadas por todas as nações. Este pronunciamento foi visto como uma advertência ao presidente russo Vladimir Putin. A Rússia tem uma tensa relação com o governo pró-ocidental de Saakashvili. Esse governo se queixa da influência da Rússia em seus assuntos – especialmente do apoio de Moscou a movimentos separatistas rebeldes nas regiões da Abkházia e da Ossétia do Sul, regiões que fazem fronteira com a Rússia. O governo da Geórgia tem acusado Moscou de dar apoio financeiro e militar aos rebeldes.

O presidente Bush disse que já tinha discutido a possibilidade de a Geórgia entrar para OTAN e agradeceu as tropas enviadas ao Iraque, para apoiar a intervenção liderada pelos EUA. Apoiou a retirada dos militares russos da Geórgia e disse que havia falado sobre o tema com Putin. O presidente Saakashvili agradeceu ao líder “decisivo e visionário”, George W. Bush pela visita, e disse que o povo georgiano será eternamente grato pelo suporte dos Estados Unidos.

Durante o discurso do presidente Bush e Saakashvili, uma granada foi jogada na direção deles. A praça estava cheia, e provavelmente muitas pessoas não tinham passado no detector de metais. A granada caiu a trinta metros de Bush, e era uma ameaça ao líder estadunidense. Depois de bater em uma criança, a granada atingiu o local do pronunciamento mas não explodiu por mal funcionamento, segundo comunicado divulgado pelo FBI (polícia federal dos EUA) no dia 18 de maio de 2005.

Referência

Sites:

[BBC](#)

[CNN](#)

[The New York Times](#)

[Reuters](#)

Ver também:

09/09/2004 – [Tensão no Cáucaso](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Martins A. Gontijo; Carolina Dantas Nogueira; Daniel Ferreira Mendes; Jéssica Naime; Layla Dawood; Luciana Corrêa Costa; Sílvia H.G. Canêdo; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>